

A CORRELAÇÃO ENTRE A ADMINISTRAÇÃO GERAL E A ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

Polyane Passos Mayer & Liliane Canopf

polyane@utfpr.edu.br

Resumo - Este trabalho tem por objetivo apresentar uma possível correlação entre a administração de empresas e a administração escolar, verificando a opinião diversa de autores sobre o tema, iniciando o estudo com um relato das principais teorias da administração, partindo para um estudo de como se desenvolveu a história da educação no Brasil. Na seqüência será apresentada a gestão empresarial e educacional, o que estas têm em comum e no que diferem. O que pensam autores sobre este objeto de estudo nos dias de hoje. Para finalizar, as considerações finais sobre a pesquisa e o questionamento que surgiu a partir da mesma.

Palavras-Chave: administração de empresas, administração escolar.

THE CORRELATION BETWEEN THE GENERAL ADMINISTRATION AND THE SCHOOL ADMINISTRATION

Abstract- This paper aims to make the one relationship possible between the administration of companies and school administration, noting the views of different authors on the subject, starting the study with an account of the main theories of the administration, building for a study of how the story has developed Education in Brazil. Following will be presented to business management and education, what they have in common and which differ. Think what the authors of study on this subject today. Finally, the closing comments on the search and questioning that arose from the same. Deve conter palavra Abstract

KeyWord: business administration, education administration.

1. INTRODUÇÃO

Este estudo tem como objetivo abordar as relações existentes entre a administração geral e a administração escolar, no que estas se parecem e no que diferem, uma vez que teóricos e estudiosos afirmam a existência desta relação, é interessante analisar seus aspectos para iniciar uma análise do referido tema, tendo em vista que hoje em dia este assunto está cada vez mais em voga.

Para dar início a este estudo, foi realizada uma pesquisa histórica dos princípios da administração geral, para conhecermos seu desenvolvimento ao longo dos tempos, passando da administração científica, clássica, neoclássica, até a teoria contingencial. Partindo assim para um histórico da educação brasileira, desde o modelo de educação jesuíta até a criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Para finalmente poder fazer a relação entre os dois objetos de estudo, trazendo semelhanças e diferenças. Fazendo uma análise comparativa a fim de sabermos como estas duas estão interligadas. Para finalizar, serão apresentadas as considerações finais das autoras sobre a administração geral e escolar.

A administração tem relação direta com a

administração escolar uma vez que sua base provém de estudos alçados na administração geral, a fim de dar cientificidade a referida forma de administração.

Sendo assim, o estudo em questão é de relevante importância, pois a administração escolar é um tema que tem sido abordado dentro da administração empresarial uma vez que estas têm relação em sua organização, contudo este tema deve ser estudado minuciosamente para entendermos com maior profundidade quais suas semelhanças e diferenças. Uma vez que a administração é "decorrência da evolução da organização social" (FÉLIX, 1985, p. 34), é normal que a gestão escolar carregue aspectos da administração de empresas, pois estas envolvem diretamente o meio social, a comunidade.

2 METODOLOGIA

Para Demo (1999) a metodologia ou técnica de pesquisa ensina como gerar, manusear e consumir dados. Para o referido autor, a pesquisa tem caráter científico e educativo. A pesquisa é um processo de aprendizagem orientada e planejada que tem como meta a geração de novos conhecimentos e a

explicação de fatos, fatos estes que podem contribuir com a sociedade. Esta pesquisa é denominada de caráter científico, uma vez que as informações buscadas para o desenvolvimento da mesma foram buscadas em livros e documentos. “A natureza dos problemas é que determina o método, isto é, a escolha do método se faz em função do tipo de problema estudado” (MENGA, 1986 p. 15).

A presente pesquisa tem como objetivo um estudo comparativo da gestão empresarial e educacional e ainda, relatar o histórico da Gestão Democrática. Sendo assim, a mesma se deu através de pesquisa bibliográfica. Tendo em vista que para Menga (1986), são considerados documentos quaisquer materiais escritos que possam ser usados como fonte de informação, materiais que podem incluir leis, regulamentos, jornais, revistas e até livros. Este tipo de pesquisa envolve leitura, análise e interpretação dos textos pesquisados.

3 O ESTADO DA ARTE DA ADMINISTRAÇÃO

No que diz respeito a história da administração, existem alguns momentos que tiveram maior ênfase por “revolucionar” na sua época o modo de administrar. Neste trabalho iremos abordar alguns destes temas tão importantes.

A administração constitui o resultado histórico e integrado da contribuição cumulativa de numerosos precursores, filósofos, físicos, economistas, estadistas e empresários que, no decorrer dos tempos, foram, cada qual em seu campo de atividades, desenvolvendo e divulgando suas teorias (CHIAVENATO, 2000, p.21).

Com Taylor teve início a chamada administração científica. Este voltou seus trabalhos para a racionalização do trabalho operário, definindo então alguns princípios aplicáveis a toda a administração, como a organização racional do trabalho, que buscava eliminar todo e qualquer desperdício de movimento, fragmentação de tarefas e especialização do trabalhador. Contudo esta abordagem é altamente criticada e fica conhecida como a “teoria da máquina” por seu caráter mecanicista.

Em seguida surge a administração clássica tendo como precursor Fayol, esta teoria buscava formular um conceito de administração (prever, organizar, comandar, coordenar e controlar), também é neste período que surge a ênfase na estrutura das organizações, a divisão do trabalho, a existência de órgãos de linha e staff. Porém a administração clássica limitou-se a estudar apenas a organização formal.

Segundo Chiavenato (2000), para contrapor as idéias das teorias anteriores surge a abordagem humanística da administração, a transferência da ênfase na tarefa e na estrutura organizacional passa

à ênfase nas pessoas. Esta surgiu com a conhecida experiência de Hawthorne e também teve como seu precursor Elton Mayo. Através dos estudos da motivação humana chegou-se à noção do ciclo motivacional. Também foi neste período que surgiram os primeiros estudos sobre liderança, comunicação e a organização informal. Também bastante criticada por seu caráter ingênuo e ênfase exagerada nos grupos informais.

Outra teoria que trouxe várias contribuições às teorias da administração foi a teoria neoclássica. Enfatizava a importância na prática da administração e que o administrador “conheça além dos aspectos técnicos e específicos de seu trabalho, também os aspectos relacionados a direção de pessoas” (CHIAVENATO, 2000, P.210). Enfatizava ainda as funções do administrador (planejamento, organização, direção e controle), estudo da organização formal, linear, funcional, linha-staff e comissões. Em decorrência desta abordagem surge o estudo da departamentalização, que pode ser por função, produto ou serviço, localização geográfica, clientes, fases do processo e por projetos. Em seguida traz o estudo da administração por objetivos.

Para Chiavenato (2000), um estudioso que teve grande importância para a administração foi Max Weber que desenvolveu a teoria da burocracia. Este modelo prevê o caráter legal, formal e racional, impessoalidade, hierarquia, rotinas, procedimentos padronizados, entre outros, para alcançar a eficiência nas organizações. Todavia, como as teorias anteriores, apresenta algumas limitações, que são denominadas disfunções, por exemplo o apego a regulamentos, formalismo e papelório, resistência a mudanças.

A abordagem contingencial da administração tem seu início com estudos de Chandler, Burns e Stalker, Woodward e Lawrence e Lorsch, a respeito das organizações e seus ambientes. Surge pelo fato das teorias existentes serem poucas para explicar os mecanismos das organizações aos seus ambientes. Verificou-se que o ambiente externo e a tecnologia utilizada na organização têm grande influência na organização. Foi a partir desta teoria que surgiram modelos mais flexíveis e orgânicos “como a estrutura matricial, estrutura de redes, estrutura de equipes” (CHIAVENATO, 2000, p.646). Contudo, esta teoria é considerada muito relativista e situacional, “muito mais uma maneira de encarar o mundo do que propriamente uma teoria administrativa” (CHIAVENATO, 2000, p.646).

É relevante relatar que, na busca pelo melhor caminho para gerir organizações em um cenário de incertezas como o momento atual, a administração tem enveredado para estudos tais como: era da informação, qualidade total, reengenharia, benchmarking, equipes de alto desempenho, gestão do conhecimento e capital intelectual, as

organizações que aprendem e a gestão participativa.

4 GESTÃO ESCOLAR

Para melhor explanar a gestão educacional é relevante um relato sobre a história da educação no Brasil, apresentando os modelos ao longo dos tempos, desde a escola jesuítica até os dias atuais, com o objetivo de desenvolver relação entre a gestão empresarial e a gestão educacional, suas características, semelhanças e diferenças.

4.1 A história da educação no brasil

Para Aranha (1996), a história da educação no Brasil tem seu início com o modelo de escola jesuítica em 1549, com a chegada do primeiro governador, Tomé de Sousa. Apenas quinze dias após chegar ao Brasil, os missionários jesuítas fundaram na cidade de Salvador uma escola de “ler e escrever”. De 1580 a 1640 Portugal se encontra sob domínio dos espanhóis e seus vizinhos (França, Inglaterra e Holanda) que atacam livremente as costas brasileiras. Assim, o ensino no país não sofre muitas mudanças, continuando o monopólio jesuítico que cada vez crescia mais.

Em 1747 o governo de Portugal não permite a fundação de universidades e destrói a oficina tipográfica construída por um padre jesuíta no Rio de Janeiro. Segundo Aranha (1996, p.133), “o governo temia o poder econômico e político, exercido maciçamente sobre todas as camadas sociais ao modelhar-lhes a consciência e o comportamento”. Então em 1759 separa-se a educação da igreja com a expulsão dos jesuítas pelo Marquês de Pombal. De imediato o ensino não é substituído por outra organização escolar e só uma década mais tarde se dá início a uma reestruturação, ocasionando assim um retrocesso na educação.

Em 1772 é implantado o ensino público oficial, professores são nomeados e são estabelecidos planos de estudo e inspeção. Porém, ainda com muita deficiência, os colégios são dispersos, não há mais formação de mestres, os professores são mal pagos, a administração é morosa, uma vez que as decisões são centralizadas no reino. Em 1772, o Marquês de Pombal reestrutura a universidade de Coimbra, aonde muitos jovens vão para concluir seus estudos (ARANHA, 1996).

Em 1808, com a vinda da família real para o Brasil Dom João VI abriu academias militares, escolas de direito e medicina, a biblioteca real e o jardim botânico, para atender as necessidades do momento, formar oficiais do exército e da marinha, engenheiros militares e médicos. No que diz respeito ao ensino elementar a situação continuava precária, pois ainda tinha um papel secundário e muitos reclamavam de sua baixa qualidade.

Embora já na Constituição outorgada em 1824 houve referência a um ‘sistema nacional de educação’, pela reforma de 1834 sabemos que o ensino elementar foi descentralizado, passando para a iniciativa autônoma das províncias (ARANHA, 1996, p.155).

Em 1856 é fundado o Liceu das Artes e Ofícios no Rio de Janeiro e em 1874 o Liceu de São Paulo. Somente depois da proclamação da república são tentadas várias reformas que pudessem dar novos rumos à educação brasileira. Com a aprovação da Constituição em 1937 a orientação político-educacional passa a ser a ênfase no ensino profissional para preparação de mão-de-obra. Durante a ditadura de Vargas o ministro Gustavo Capanema empreende reformas no ensino, através da regulamentação de decretos-leis entre 1942 a 1946 denominados Leis Orgânicas do Ensino.

Segundo Aranha (1996), em 1964, com o período militar, a política passa a ser revolucionar a educação brasileira, baseado na anti-democracia, professores foram presos e demitidos, universidades foram invadidas e estudantes foram presos e feridos. Findando a década de 70 um grupo de filósofos e pedagogos passa a rever a educação brasileira iniciando a intitulada “pedagogia histórico-crítica”. Com o surgimento da Constituição de 1988 surgem alguns pontos importantes para a educação, tais como: gratuidade do ensino público, ensino fundamental obrigatório, extensão do ensino obrigatório ao ensino médio, valorização dos profissionais do ensino, autonomia universitária, entre outros.

Finalmente, após treze anos de espera, a Lei nº 9394, Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB – foi aprovada, em 20 de dezembro de 1996. Esta estabeleceu as diretrizes e bases da educação nacional. De acordo com seu artigo segundo, a educação passa a ser um dever da família e do Estado e tem por finalidade o desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. No seu artigo terceiro determina que a educação deve ser ministrada com base nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;
- IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VII - valorização do profissional da educação escolar;
- VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;
- IX - garantia de padrão de qualidade;

X - valorização da experiência extra-escolar;
XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais (Lei nº 9394 de 20/12/1996).

A atividade administrativa não se dá no vazio, mas em condições históricas determinadas para atender as necessidades e interesses de pessoas e grupos (PARO, 1999, p.13).

Foi à partir da criação da referida LDB que começou-se a discutir mais profundamente a educação, pois segundo seu artigo terceiro é que a educação passou a ser obrigatória e ter gratuidade. Também neste artigo é que podemos visualizar a referência a gestão democrática no ensino público.

4.2 Correlação entre a administração geral e a administração escolar

Segundo Félix (1985), a administração de empresas discorre sobre a organização do trabalho nas empresas capitalistas, enquanto a administração escolar propõe teorias sobre a organização do trabalho na escola e no sistema escolar. A administração escolar tem como referencial as teorias da administração de empresas no que diz respeito à estrutura, funcionamento do sistema escolar e na proposição de modelos organizacionais.

As organizações apesar de terem objetivos diferentes, são semelhantes e, por isso, têm estruturas similares, podendo ser administradas segundo os mesmos princípios, conforme os mesmos modelos propostos pelas teorias da administração de empresas, feitas apenas as adaptações necessárias para atingir suas metas específicas (FÉLIX, 1985, p. 73).

Em suma, a administração escolar adota princípios da administração de empresas em função de sua similaridade de estrutura organizacional que se modifica em função de objetivos específicos.

A administração capitalista, ao medir a exploração do trabalho pelo capital, coloca-se a serviço da classe interessada na manutenção da ordem social vigente, exercendo, com isso, função nitidamente conservadora. Essa função não é, porém, inerente a administração em si, mas produto dos condicionantes socioeconômicos que configuram a administração especificamente capitalista (PARO, 1999, p.81).

De acordo com Paro (1999) existem duas concepções quanto a administração escolar. A primeira é a mais difundida, ela se fundamenta na universalidade dos princípios adotados na empresa capitalista, embora adaptados para cada situação específica. A segunda opõe-se radicalmente a esta, pois é contrária a qualquer tipo de organização burocrática na escola. Ainda para o autor ambas as concepções são insuficientes, o que a gestão da educação precisa é de uma administração escolar voltada para a transformação social.

Sendo assim, a administração escolar não está separada dos interesses e forças da sociedade, presentes em uma determinada situação histórica.

Para Paro (1999), ao contrário das empresas que buscam a produção de um material tangível, a escola visa um fim de difícil mensuração, pois seu caráter é de certa forma abstrato, outra especificidade da escola é que esta é uma instituição prestadora de serviços e lida diretamente com o elemento humano. O aluno não é apenas beneficiário dos serviços, mas também participante de sua elaboração. E esta “matéria-prima” deve receber tratamento especial, diferente dos materiais que participam do processo de produção na empresas em geral.

“Enquanto na empresa produtora de bens e serviços em geral é bastante grande a participação relativa das máquinas e demais meios de produção em geral (...), na escola, é a mão-de-obra que possui participação relativa mais elevada” (PARO, 1999, p.126).

Isso se deve a “matéria-prima” e a própria natureza do trabalho, que consiste na transmissão e crítica do saber, que envolve o comportamento humano, o qual não é previsível como a máquina. Como afirma Saviani (2005, p.18), “a escola é uma instituição cujo papel consiste na socialização do saber sistematizado”.

Segundo Hora (1994), a administração escolar tem seus fundamentos na Teoria da Administração Geral que desenvolveu-se historicamente através de três escolas: a clássica que teve sua consolidação na Revolução Industrial, representada por Taylor, Fayol e Weber; a psicossocial, baseada no movimento das relações humanas de Mayo, Roethlisberg e Dickson; e a contemporânea, iniciada na década de 70 e 80 quando começam a surgir questionamentos sobre novas perspectivas teóricas no âmbito da administração.

A escola, como uma instituição que deve procurar a socialização do saber, da ciência, da técnica e das artes produzindo socialmente, deve estar comprometida politicamente e ser capaz de interpretar as carências reveladas pela sociedade, direcionando essas necessidades em função de princípios educativos de responder às demandas sociais (HORA, 1994, p.34).

Ainda para Hora (1994), no sistema educacional quanto mais participativo, solidário e democrático for o processo administrativo, maior é a probabilidade de promover a qualidade de vida humana. Então o papel da administração

...será o de coordenar a ação dos diferentes componentes do sistema educacional, sem perder de vista a especificidade de suas características e de seus valores de modo que a plena realização de indivíduos e grupos seja efetivada (HORA, 1994, p.41).

De acordo com Lück (2000), a institucionalização da democracia e o aperfeiçoamento da qualidade da educação pública têm estimulado o processo de mudanças na forma de gerir as escolas no Brasil. Com a participação da comunidade escolar, ou seja, pais, professores, funcionários e alunos, busca-se o afastamento das tradições corporativas e busca-se uma descentralização de poder e a promoção da democratização da gestão das escolas públicas. Através de estratégias como a fixação de colegiados ou conselhos escolares com autoridade deliberativa e poder de decisão. A ênfase neste modelo de gestão escolar democrática observada hoje no Brasil, segundo Lück (2000), tem conexão com as tendências mundiais de educação, pois este movimento em favor da gestão participativa é fortemente difundido no Reino Unido, Nova Zelândia, Austrália, Estados Unidos, Canadá, Suécia e Alemanha.

Já para Teixeira (2003), é ingênuo pensar que uma escola pode prescindir de mecanismos sistemáticos de administração, esta que deriva do modelo clássico burocrático. No entanto é necessário conhecê-la a fim de contribuir para a construção de novos modelos de administração escolar. Então para contrapor esta idéia mecanicista o autor sugere a idéia de uma “organização voltada para a aprendizagem”. Como pode ser observado na figura abaixo.

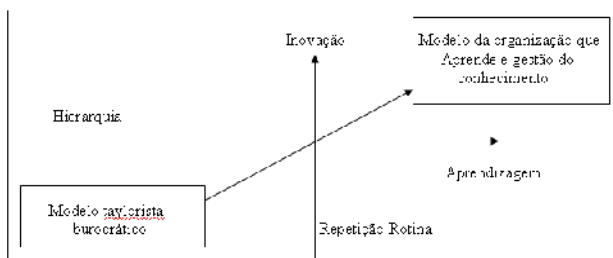


Figura 1 – A escola que aprende
Fonte: Adaptado de Teixeira (2003, p.5).

Este modelo exige que se fortaleçam dois vetores, a aprendizagem e a inovação, assim como a substituição de idéias como “escola-máquina” e “escola-empresa” pela idéia da escola que aprende. Para Teixeira (2003) áreas como: atividades de direção, atividades-fim, atividades de suporte a

atividades-fim e atividades de apoio geral, na escola diferem da empresa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do estudo relatado pôde-se verificar que a história da educação no Brasil teve seu caminho trilhado lentamente e que somente depois da década de 90 iniciou-se um processo de discussão acerca deste tema, bem como a teoria da administração com caráter científico também é um tema que pode ser considerado novo e que vem sofrendo grandes transformações nos dias atuais.

Pode ser observado no decorrer desta pesquisa que há três opiniões diferentes que abrangem a administração escolar, o pensamento capitalista, a oposição radical a este e o vislumbre de uma administração para a transformação social. Sendo assim, a partir destes conceitos apresentados, é possível discutir que a administração em si precisa aprimorar seus conceitos para efetivar sua participação na gestão educacional, assim como a educação não precisa necessariamente opor-se a toda e qualquer idéia dos conceitos administrativos que tanto podem auxiliar na parte estrutural da organização escolar. Entretanto, a administração puramente capitalista deve dar lado a busca pelos objetivos reais que a educação brasileira necessita, a fim de realmente aprimorar o nosso sistema educacional em prol daqueles que efetivamente se utilizam deste sistema de ensino.

Como cita Teixeira (2003), a gestão educacional pode sim buscar na administração os pilares para a fundamentação de sua teoria, no entanto, não naquela teoria mais antiga técnico-burocrática e sim num modelo mais flexível, o que é o caso das organizações que aprendem, assim como manter uma gestão mais participativa para que a comunidade possa envolver-se e assim “garantir” o atendimento das necessidades das classes menos favorecidas.

Segundo Lück (2000) o conceito de gestão já pressupõe a idéia de participação, ou seja, o trabalho em conjunto de pessoas na análise de situações, decidindo sobre qual encaminhamento que determinado fator irá tomar e agir em conjunto já conjectura a participação. O trabalho associado gera a busca por objetivos orientados pela vontade coletiva. Contudo ainda paira uma dúvida no ar, será que a gestão participação é o que vem acontecendo no cotidiano escolar?

REFERÊNCIAS

- ARANHA, M. L. A. História da educação. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1996.
- BELLO, J. L. P. Educação no Brasil: a História das rupturas. Disponível em <http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/heb14.htm>. Acesso em 23/06/2008.
- CHIAVENATO, I. Introdução geral a teoria da administração. 6.

ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

DEMO, P. Pesquisa: princípio científico e educativo. 6 ed. São Paulo: Cortez, 1999.

DERMEVAL, S. Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações. 9. ed. Campinas : Autores Associados, 2005.

FÉLIX, M. F.C. Administração escolar: um problema educativo ou empresarial. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1985.

HISTÓRIA DO BRASIL. Disponível em: www.historiadobrasil.net. Acesso em: 23/06/2008.

HORA, D. L. Gestão Democrática na Escola: artes e ofícios da

participação coletiva. Campinas : Papyrus, 1994.

LÜCK, H. et al. A escola participativa: o trabalho do gestor escolar. 4. ed. Rio de Janeiro: DPO&A, 2000.

MENGA, L. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

PARO, V. H. Administração escolar: introdução crítica. 8. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

TEIXEIRA, H. J. Da administração geral à administração escolar: uma revalorização do diretor da escola pública. São Paulo: Edgard Blücher, 2003.